



INFORME SOCIOECONÔMICO N° 22

CENSO 2022 APRESENTA DADOS SOBRE A POPULAÇÃO QUILOMBOLA E INDÍGENA DO PIAUÍ

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto n.º 6.040, de fevereiro de 2007, define os povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A forma de reconhecer o pertencimento aos povos e comunidades tradicionais é realizada pelo critério da autodeclaração. Esse critério foi estabelecido, inicialmente, por meio da Convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em 7 de junho de 1989. A Convenção 169 da OIT foi ratificada no Brasil por meio do n.º Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, que foi alterado pelo Decreto n.º 10.088, de 5 de novembro de 2019. No Brasil, a autodeclaração é mensurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mediante o Censo Demográfico, que é uma pesquisa realizada de 10 em 10 anos.

Os povos e comunidades tradicionais foram representadas no Censo Demográfico, pela primeira vez, em 1991, quando foram coletados dados sobre a população indígena brasileira, com base na categoria "indígena" do quesito cor ou raça. Após 31 anos, em 2022, o IBGE incluiu no Censo questões sobre as características demográficas, sociais e econômicas da população quilombola, sendo assim o segundo segmento dos povos e comunidades tradicionais a constarem na pesquisa.

O termo população quilombola refere-se aos descendentes das comunidades quilombolas no Brasil. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 e do Decreto Presidencial n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, uma comunidade quilombola é definida como um grupo étnico-racial com uma identidade cultural própria que se originou a partir de antigos quilombos, em que se preservam tradições, formas de organização social, religiões de matriz africana e práticas agrícolas. Essas comunidades têm historicamente lutado pela preservação de seus territórios e culturas.

Referente à população indígena, considera-se de acordo com o IBGE, que o termo "indígena" é a designação utilizada para descrever uma pessoa que reside em terras indígenas, se autodeclara como tal e possui características como cor ou raça que os identificam com o grupo populacional, mesmo quando vive fora das terras tradicionais.

Dessa forma, pela primeira vez, o IBGE incluiu na pesquisa do Censo Demográfico de 2022 perguntas que contemplam a população quilombola no Brasil, regiões, estados e municípios e traz novos dados sobre a população indígena. Este informe apresenta dados e análises sobre os quilombolas e indígenas no Piauí.

UM PANORAMA DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO PIAUÍ

A população quilombola, apesar de ser reconhecida na Constituição Federal e no decreto presidencial, tem enfrentado desafios para ter seu número e suas condições de vida devidamente registrados. Essa população só foi objeto do Censo Demográfico por parte do IBGE no ano de 2022, o que representa um atraso significativo na coleta de dados e na elaboração de políticas públicas voltadas para essas pessoas.

De acordo com os dados do Censo 2022, é possível afirmar que o Piauí possui a sétima maior população quilombola do país, com 31.686 pessoas. A Bahia é o estado com o maior número de quilombolas no Brasil, com uma população de 397.059 pessoas. O estado com menor contingente populacional quilombola registrado foi Mato Grosso do Sul, com 2.546 pessoas. Os estados do Acre e Rondônia não apresentaram dados.

O Nordeste é a região do país com o maior contingente do grupo em análise, com 68% da população total. Em contrapartida, a Região Sul representa o menor número populacional, em torno de 2% da população total, com 29.056 quilombolas recenseados. O Brasil conta com 1.327.802 pessoas quilombolas.

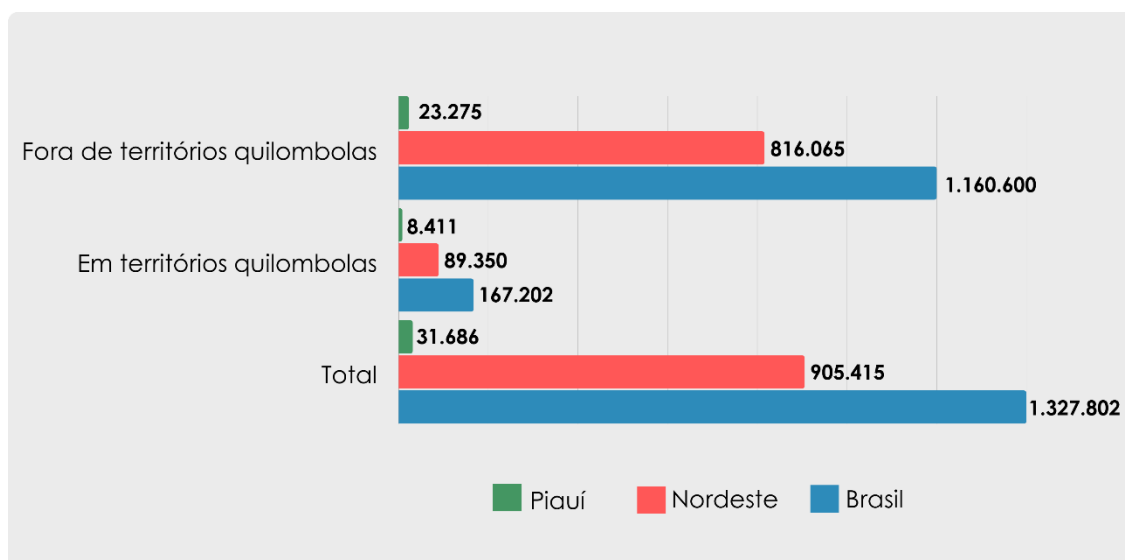
O Maranhão é o segundo estado com maior população quilombola da Região Nordeste com 269.074, atrás apenas da Bahia. A Paraíba é o estado da região com o menor número, somando 16.584 pessoas desse grupo populacional. O Piauí ocupa a quinta posição entre os estados da região.

No tocante à população residente por localização do domicílio, no estado do Piauí, 73% da população quilombola reside fora dos territórios quilombolas, isto é, 23.275 pessoas que se autodeclararam quilombolas residem fora dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados conforme os cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dos órgãos com competências fundiárias nos Estados e Municípios. Somente

27% dos quilombolas piauienses encontram-se em Territórios Quilombolas, o percentual representa 8.411 pessoas ao total.

É possível observar essa mesma realidade na Região Nordeste e no Brasil, cerca de 90% da população quilombola está fora dos seus territórios no Nordeste e, no país, 87%.

Gráfico 1 - População residente por localização do domicílio no Piauí, Nordeste e Brasil



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Dentre os 12 Territórios de Desenvolvimento que compõem o estado do Piauí, de acordo com o recenseamento realizado pelo IBGE, a Planície Litorânea é o único que não conta com população quilombola.

O Território de Desenvolvimento com maior número de pessoas quilombolas foi a Serra da Capivara, com 9.517 recenseados, distribuídos entre 11 municípios dos 18 que compõem a região. Além disso, diferente dos demais territórios, o maior contingente populacional de quilombolas encontra-se em territórios quilombolas oficialmente delimitados, representando 59% do total, enquanto 39% se situam fora dos territórios quilombolas.

Já o território com menor contingente populacional quilombola identificado foi o Tabuleiros do Alto Parnaíba, com 99 pessoas recenseadas, sendo todas residentes fora de território quilombola oficialmente delimitado, distribuídas em 2 municípios, Guadalupe (PI) e Jerumenha (PI), dentre os 18 que compõem a região. A Tabela 1 mostra a distribuição da população quilombola no Piauí com base nos Territórios de Desenvolvimento.

Tabela 1 - Distribuição da população quilombola do Piauí por Territórios de Desenvolvimento

Território	População	Participação percentual
Carnaubais	754	2,4%
Chapada das Mangabeiras	1.050	3,3%
Chapada Vale do Itaim	5344	16,9%
Cocais	3829	12,1%
Entre Rios	1804	5,7%
Serra da Capivara	9517	30,0%
Tabuleiros do Alto Parnaíba	99	0,3%
Vale do Canindé	7037	22,2%
Vale do Rio Guaribas	1660	5,2%
Vale do Sambito	304	1,0%
Vale dos Rios Piauí e Itaueira	288	0,9%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

POPULAÇÃO INDÍGENA PIAUIENSE APRESENTA UM CRESCIMENTO DE 144,5% EM RELAÇÃO AO CENSO 2010

A partir de 1991, o IBGE começou a mapear os povos indígenas, permitindo a autodeclaração no quesito "cor ou raça". No Censo de 2022, o IBGE expandiu a metodologia, envolvendo as lideranças das comunidades na coleta de dados e incluindo outras localidades indígenas, além das terras oficialmente demarcadas.

Assim, com a nova metodologia, o Piauí ficou em segundo lugar entre os estados do Nordeste com o menor número de pessoas que se autodeclararam indígenas. Em 2010, o Estado tinha 2.944 pessoas nessa categoria, enquanto em 2022 esse número subiu para 7.198, representando um aumento de 144,5% entre os anos censitários. No mesmo período, a Região

Nordeste apresentou um crescimento de 132%, enquanto o Brasil registrou um aumento de 89%.

A Tabela 2 apresenta os dados quantitativos da população indígena no Brasil, Nordeste e demais estados da região segundo os dois últimos Censos Demográficos.

Tabela 2 - População indígena, segundo os Censos 2010 e 2022 - Brasil, Nordeste e estados da região

Nível geográfico	População indígena 2010	População indígena 2022
Brasil	896.917	1.693.535
Nordeste	232.739	528.800
Piauí	2.944	7.198
Alagoas	16.291	25.725
Bahia	60.120	229.103
Ceará	20.697	56.353
Maranhão	38.831	57.214
Paraíba	25.043	30.140
Pernambuco	60.995	106.634
Rio Grande do Norte	2.597	11.725
Sergipe	5.221	4.708

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010; 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Pernambuco, em 2010, era o estado com maior contingente populacional do grupo em questão, com 60.995 pessoas indígenas, seguido da Bahia com 60.120. Em 2022, entre os estados nordestinos, a Bahia ocupa a primeira posição, apresentando uma população de 229.103, isto é, um aumento de 281%. O estado de Sergipe apontou decréscimo populacional, em 2010, com uma população de 5.521 pessoas indígenas, e no ano de 2022, registrou 4.708, uma redução de 13% da população em análise.

O estado do Rio Grande do Norte, em 2010, ocupava a primeira posição com o menor contingente populacional (2.597 indígenas), já em 2020, a população em questão passou para 11.725 pessoas indígenas, um crescimento de 351%, ocupando a segunda posição do ranking do Nordeste.

O Território Carnaubais tinha o menor contingente populacional indígena em 2010, com apenas 0,6% do total do Estado, seguido pelo Vale do Sambito (1,0%) e Tabuleiros do Alto Parnaíba, com 1,1%.

O TD Entre Rios apresentou, em 2010, a maior participação percentual de pessoas indígenas, no Estado, com 49,2% da população analisada, o segundo TD foi o Vale dos Rios Piauí e Itaueira, com 8,7% do grupo populacional em evidência.

O TD Cocais ocupa a primeira posição na contagem populacional indígena, com 2.209 pessoas, o que representa uma participação da população indígena no Estado de 31,8%. Em seguida, estão os territórios Entre Rios e Chapada Vale do Itaim.

Os TDs com menor participação, do grupo em análise, foram o Vale do Sambito, com 1,1%, seguido pelos TDs Vale do Canindé e Carnaubais, com 1,4% e 1,6%, respectivamente.

Analisando a variação da população indígena, a partir dos últimos Censos Demográficos, observou-se que o Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba apresentou um crescimento exponencial da população indígena, quando comparados os resultados dos dois últimos Censos, saindo de 32 para 617 pessoas, o que representa um crescimento de 1.828% na variação relativa entre os anos censitários analisados. Os municípios que contribuíram para essa ampliação foram Baixa Grande do Ribeiro, que no Censo Demográfico de 2010 não apresentou nenhum registro, enquanto que no último Censo contabilizou 291 pessoas.

O segundo município com maior número de pessoas que se identificaram/consideraram ou mesmo com as características, não se declararam foi Uruçuí, que saiu de quatro pessoas para 262.

O TD dos Cocais ocupa a segunda posição quanto ao crescimento do quantitativo de pessoas que foram contabilizadas como sendo parte do grupo em questão, quando em 2010 detinha 119 e passou para 2.209 pessoas, um crescimento de 1.756%.

Um outro fato observado nos registros foi a diferença da população indígena nos dois Censos analisados, quando 3 dos 12 territórios demonstraram redução no quantitativo populacional. O TD Vale do Canindé apresentou a maior variação (-20%), seguido do Vale dos Rios Piauí e Itaueira (-14%) e em terceira posição o Vale do Rio Guaribas, com -10%. A Tabela 3 retrata as variações da população indígena, por Território de Desenvolvimento, a partir dos dados censitários de 2010 e 2022.

Tabela 3 - Variação da população indígena por Território de Desenvolvimento (2010-2022)

Território	População 2010	População 2022	Variação relativa
Carnaubais	18	110	511%
Chapada das Mangabeiras	247	826	234%
Chapada Vale do Itaim	227	893	293%
Cocais	119	2.209	1.756%
Entre Rios	1.448	1.508	4%
Planície Litorânea	215	247	15%
Serra da Capivara	84	260	210%
Tabuleiros Alto Parnaíba	32	617	1.828%
Vale do Canindé	125	100	-20%
Vale do Rio Guaribas	144	129	-10%
Vale do Sambito	28	79	182%
Vale dos Rios Piauí e Itaueira	257	220	-14%

Fonte: Censo demográfico (2010; 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Um outro fato observado nos registros foi a diferença da população indígena nos dois Censos analisados, quando 3 dos 12 territórios demonstraram redução no quantitativo populacional.

O TD Vale do Canindé apresentou a maior variação (-20%), seguido do Vale dos Rios Piauí e Itaueira (-14%) e em terceira posição o Vale do Rio Guaribas, com -10%.

FICHA CATALOGRÁFICA E FICHA TÉCNICA

Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais (DESA)

Liége de Souza Moura

Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticas (DEEE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Equipe de Elaboração

Lara Danuta da Silva Amaral Gomes

Maria do Socorro Nascimento

Marcos Antonio Pinheiro Marques

Colaboração

Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho

Lucas Silva Brandão

Marcos Pereira da Silva

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Contato

assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br